

# AS “RAÇAS” BIOGENETICAMENTE NÃO EXISTEM; MAS O RACISMO SIM, EXISTE COMO IDEOLOGIA

**José Marin Gonzáles<sup>1</sup>**

## **Introdução**

Na velha tradição oral hebraica, posteriormente registrada no Torah e na Bíblia, encontra-se a lenda da Arca de Noé e do dilúvio universal. Três filhos de Noé, chamados Sem, Cam e Jafet, teriam sobrevivido a essa catástrofe mítica, e a eles se atribui a origem das três “raças” primordiais: branca, negra e amarela.

Esse conceito serviu ao colonialismo português e espanhol, para denominar e depreciar “as outras raças”, africana e ameríndia, justificando ideologicamente sua dominação e extermínio, devidos a supostas inferioridades biológicas e culturais. A essa época vem corresponder o chamado “racismo colonial”.

A palavra “raça” é de origem árabe e foi trazida para a Europa com a invasão árabe na Espanha, a partir do século VIII. Os árabes usavam a palavra “raça” para descrever a cor e as características fisiológicas das pessoas. Posteriormente, na Europa, o cientista botânico sueco Karl Linneo, o mesmo que descobriu o sexo das flores, pesquisou a possível existência de uma quarta “raça”, que denominou acobreada, ou pele vermelha. Em 1871, o cientista alemão Johan Blumembach propôs a denominação de “raça caucásica” ou “raça branca indo-européia”, aos indivíduos de pele “branca”, afirmando que se originavam do Cáucaso. O termo “raça branca” é utilizado oficialmente, até nossos dias, nos Estados Unidos da América.

No século XIX, o racismo como ideologia procurou alimentar-se das primeiras abordagens supostamente científicas. Arthur de Gobineau, nos quatro tomos de seu

---

<sup>1</sup> José Marin, sociólogo e antropólogo peruano, é Doutor em Antropologia pela Universidade da Sorbonne e também diplomado em nível de Pós-Graduação pelo Instituto de Altos Estudos da América Latina, de Paris, pelo Instituto Universitário de Estudos de Desenvolvimento e pela Academia Internacional do Meio Ambiente, ambos de Genebra.

De 1989 a 2000, foi Professor e colaborador da Faculdade de Sociologia e Ciências da Educação da Universidade de Genebra e da Academia Internacional do Meio Ambiente, também de Genebra.

Atualmente colabora com diferentes instituições acadêmicas da Europa e América Latina; foi colaborador da Unesco na África e tem colaborado com a revista italiana *Latinoamérica. Análise, Textos e Debate*; com a revista *Arinzana* de Caracas, Venezuela; e com as Edições *Abya – Yala*, de Quito, Equador.

“Ensaio sobre a igualdade das raças humanas” (1853-1855), sustentava que a raça superior seria a raça nórdica e que a humanidade correria o risco de degeneração racial, se as raças se misturassem. Gobineau foi um dos primeiros mentores da pureza das raças (Gobineau 1940). Já no século XIX, Darwin foi o primeiro cientista a declarar que a espécie humana originou-se da África (Darwin 1862), fato hoje universalmente aceito.

Atualmente, vivemos um racismo como ideologia, com base fundamentalmente nas denominadas distâncias culturais e religiosas, sobre as quais se estabeleceram as políticas migratórias da Comunidade Européia, sustentadas pela teoria dos três círculos, os quais corresponderiam às tais distâncias culturais e religiosas. Esses círculos compreendem as áreas geográficas das quais provêm os candidatos à imigração para a Europa. É a proximidade cultural e religiosa que determina a aceitação ou a rejeição dos imigrantes, sendo esses critérios fundamentados na doutrina de Schengen (Caloz-Tschopp & Fontolliet 1994).

A hegemonia norte americana desenvolve igualmente uma ideologia que justifica sua expansão e está impregnada de riscos racistas. Um de seus mentores foi Samuel Huntington, professor da Universidade de Harvard e assessor do Departamento de Estado norte americano, que proclamou “a guerra das civilizações”. Essa proposta ideológica supõe uma suposta confrontação étnico-religiosa, entre o ocidente e o mundo muçulmano (Huntington 1997).

### 1. **A cultura não é uma “herança”**

A especificidade da natureza humana é precisamente o fato de inscrever-se em uma cultura particular, que não é o produto de algo hereditário e não faz parte de um patrimônio genético, em caso algum.

Atualmente nós humanos, enquanto espécie animal, somos mais de seis bilhões de seres viventes e habitamos essa casa comum chamada inadequadamente de Terra, coberta em sua maior parte por água. Cada um de nós pertence à mesma espécie e constitui uma só e única história genética. Como exceção, só mesmo o caso de gêmeos monozigotos.

Por todas essas razões, não podemos constituir “uma raça”, nem sequer no interior de nossa própria família: somos todos diferentes e, ao mesmo tempo, somos todos parentes, porque fazemos parte de uma mesma espécie biológica.

O racismo como construção ideológica teve sua origem histórica no período colonial europeu, no qual a regra de ouro foi depreciar para oprimir, o que permitiu justificar uma ordem econômica e social injusta, imposta pela dominação colonial na África, América, Ásia e Oceania. Essa perversão ideológica gerou o racismo colonial, que busca justificar a superioridade de algumas pessoas sobre outras, a partir de categorizações biológicas e culturais.

Entre os séculos XV e XX, na época culminante do colonialismo e do pós-colonialismo europeu, construíram-se as bases da impunidade para o genocídio e o etnocídio dos ameríndios e para o tráfico de escravos africanos. Posteriormente, esse mesmo argumento justificou, ao final do século XIX e princípio do século XX, o tráfico de trabalhadores asiáticos para numerosos países do continente americano.

## **2. Todos nós, seres humanos, pertencemos a uma só e mesma espécie**

Nas duas últimas décadas do século passado e em princípios deste século, assistimos a grandes avanços na investigação da Genética das Populações, alimentada pelas pesquisas no campo da Biologia Molecular, que vêm revolucionando o auto-conhecimento da espécie humana (Cavalli Storza 1995,1996; Longaney, Bljembourg Vann, Sanches-Mazas 1965).

A primeira dessas revoluções foi a que se desenvolveu no século XIX por Charles Darwin, que propôs a origem comum de milhões de espécies animais, das quais fazemos parte, sendo que somos todos originários do mesmo tronco. Darwin conseguiu explicar, com sua teoria e de maneira simples, a diversidade da vida no planeta (Darwin 1862).

A segunda revolução afirma que o código genético é comum para todas as espécies e que o herdamos de um ancestral comum, sendo que a informação genética e sua expressão são as mesmas para todos os organismos. O DNA é um código genético universal.

A terceira revolução – a mais recente – fundamenta-se no reconhecimento de que, não somente temos uma origem comum enquanto espécie animal, mas também compartilhamos processos básicos de caráter universal. Todos nós, da espécie animal, compartilhamos o mesmo esquema genético e herdamos um esquema genético que é comum a toda a espécie.

Atualmente o racismo não pode justificar-se cientificamente, o que já está demonstrado nos últimos anos pelas pesquisas que têm abordado essa problemática. As “raças” não existem, nem bio – geneticamente, nem cientificamente. As variações que podemos constatar não são o resultado de genes diferentes. Se insistirmos no uso da palavra raça, então podemos dizer que existe uma só “raça”: a humana; assim como podemos dizer que existem raças de cães, de gatos ou de vacas, como produtos de manipulações genéticas.

### 3. **Compartilhamos de um ancestral comum**

Atualmente, os mais de seis bilhões de seres humanos que habitam esse planeta estão caracterizados pelas diferentes tonalidades de pigmentação da pele, pela altura, pelos traços do rosto e pelas proporções do corpo, segundo as diversas origens. Apesar dessas diferenças, os seres vivos que constituem a espécie humana, compartilham um ancestral comum: o primeiro *Homo sapiens*, que viveu há 100 milhões de anos em algum lugar entre o leste da África e o Oriente Médio.

Os 80 bilhões de seres humanos que se sucederam sobre este planeta, desde mil séculos, foram e são todos diferenciados por sua construção genética, que procura proteger a *diversidade*, como sendo a única possibilidade para garantir a continuidade de nossa espécie.

Os humanos, apesar de suas múltiplas diferenças físicas, terminam por aparentar-se por bilhões de genes que lhes são comuns, para além de todos os preconceitos e estereótipos que culturalmente possam ter inventado.

As cores negra, branca, amarela e vermelha, utilizadas para classificar as pessoas em “raças”, não têm significação alguma. A cor da pele depende de um pigmento chamado melanina, presente por baixo da epiderme. As diferentes tonalidades da pele foram determinadas em função da latitude que as pessoas habitam. Aqueles que vivem nos trópicos têm uma pele mais bronzeada que aqueles que habitam nas latitudes menos expostas e temperadas, independentemente dos países nos quais vivem, sobretudo países de grande extensão geográfica, tais como a Federação Russa, o Brasil e a China, por exemplo.

A verdadeira explicação de nossa diversidade humana reside no coração de nossas células, especialmente na famosa molécula de vida do DNA, onde se encontram as informações necessárias sobre nossa identidade genética. O descobrimento desse

“passaporte genético”, há mais de meio século, permite-nos rechaçar toda pretensão de justificar cientificamente a existência de “raças”, como fundamento da ideologia racista.

Os genes não têm cores e todos os seres humanos possuem genes, que variam nas diferentes populações do mundo. Os estudiosos da genética têm descoberto que as diferentes famílias sanguíneas, A, B e O, existem em todo o mundo. No caso de uma transfusão, o sangue de um pigmeu poderia salvar a vida de um sueco, por exemplo, e o sangue de seu irmão poderia matá-lo, se não correspondesse ao mesmo tipo de sangue.

Nossos ancestrais viram-se obrigados a migrar e a se deslocar constantemente, devido à variação do clima, forçados por suas necessidades alimentares e também pela constante luta pela sobrevivência. A história humana está fundamentalmente ancorada na história das migrações que foram necessárias. Foi esse deslocamento de populações que levaram os humanos da África para a Europa e da Ásia ou da Oceania para a América, para experimentar condições de vida. Nesse processo migratório alguns genes se perderam e outros se multiplicaram, o que explicaria os diferentes traços que hoje nos diferenciam.

Todos possuímos em nossos cromosomas uma versão genética modificada da cópia original, pelo que poderíamos avançar uma primeira conclusão: quanto mais próximas estiverem as populações geograficamente, tanto mais próximas serão geneticamente.

Somos culturalmente diferentes, porém é somente na diversidade cultural que se encontra a nossa riqueza, sempre que conseguirmos compartilhá-la com os outros, respeitando nossas próprias particularidades.

A unidade do gênero humano é universal. Os indígenas amazônicos nos recordam que, enquanto nosso sangue esteja vivo, é vermelho; mas enquanto estejamos mortos, nossos ossos serão brancos. Todos.

#### **4. O racismo como ideologia e suas expressões cotidianas**

O racismo tem que ser estudado dentro de um contexto histórico e não deve ser abordado de forma simplista ou genérica. O racismo não se expressa em estado puro, mas sim historicamente, associado a outras atitudes, como o imperialismo colonial, o nacionalismo, o etnicismo, a eugenia e o “darwinismo” social. Esse processo refere-se tanto a uma aplicação arbitrária de uma percepção biológica da seleção das espécies, quanto à evolução da sociedade.

As três dimensões fundamentais, nas quais se expressa o racismo segundo Taguieff (1997 : 50), são:

- atitudes expressas em opiniões, crenças, preconceitos e estereótipos;
- comportamentos, que incluem condutas, atos e práticas, desenvolvidas no quadro de instituições e de mobilizações sociais;
- construções ideológicas (teorias, doutrinas, visões de mundo e mitos modernos).

É necessário considerar em primeiro lugar algumas distinções, tais como as que se apresentam a seguir.

- O racismo como preconceito, ou pré-julgamento, que compreende todo o espaço das opiniões, das atitudes e das crenças sobre a inferioridade biológica e cultural dos discriminados, criadas para justificar atrocidades, como o tráfico de escravos africanos, transportados à força até a América, desde o século XV.
- O racismo como comportamento, que compreende as práticas de discriminação, de perseguição e que pode chegar à exterminação de populações inteiras. A história humana está cheia desses fatos, como o extermínio dos ameríndios durante a dominação colonial e durante a fundação dos Estados - Nação no continente americano; o massacre dos armênios na Turquia, no princípio do século XX; o holocausto dos ciganos e dos judeus, durante a Segunda Guerra mundial; ou a recente “purificação étnica”, na ex- Confederação Yugoslava, por exemplo.

Em segundo lugar, haveria que levar em conta as distinções entre:

- o racismo biológico de origem colonial, construído a partir de relações injustas de desigualdade, com base em uma hierarquização de caracteres físicos (cor da pele, altura etc);
- o racismo cultural ou neo-racismo, como o conjunto de caracterizações realizadas a partir dos traços culturais do indivíduo (costumes, cultura e religião) (Huntington 1997; Taguieff 1988,1990; Weviorka 1991,1993);

Em terceiro lugar, deve ser considerada a distinção entre o racismo de exploração econômica (colonial, escravista e imperialista) e o racismo de exterminação

(que leva ao genocídio massivo de um grupo humano), processo esse que vai da exploração econômica até a exterminação física de suas vítimas.

Em quarto lugar, há necessidade de distinguir o racismo enquanto ideologia do racismo universalista, expresso no desdém, no repúdio, na intolerância e no desprezo pela diferença. O racismo diferencialista tende à absolutização das identidades e às diferenças entre os grupos. Um bom exemplo desse caso é a suposta inevitável confrontação entre o ocidente e os povos muçulmanos, confrontação essa que sustenta a manipulação midiática da guerra “preventiva” contra o Iraque, imposta pelos norte-americanos (Huntington 1997).

Em quinto lugar, é necessário estabelecer-se a distinção entre o racismo ordinário, que compreende o conjunto de representações conscientes e inconscientes, os quais não se expressam por uma doutrina, mas constituem o racismo vago e difuso, aquele do “Nós e os Outros” e o racismo elaborado como uma ideologia (Laplantine 1999).

O racismo nos remete ao campo cognitivo que sustenta nossos atos e práticas, assim legitimados tanto previamente como posteriormente às nossas manifestações de toda ordem. Temos, portanto, que pensar no racismo enquanto ideologia, livres da noção de “raça”, que não implica em nenhuma categoria de análise científica.

Ainda que a noção de raça haja sido declarada não científica, numerosos estudos continuam a empregá-la, sob o pretexto de que são parte das noções utilizadas pelos norte-americanos como “politicamente corretas”, em pleno vigor na sua política administrativa (Verbunt 2001). A *etnicidade* é que se refere às conotações lingüísticas e culturais, devendo ser separada da noção arbitrária de “raça”.

### **Racismo e educação**

A educação, enquanto processo cultural de transmissão de valores, de visões de mundo e dos saberes de viver no espaço social, é por excelência no que temos que aprender a refletir: é a educação que vai dizer-nos das condições necessárias para viver e compartilhar a vida com os outros, respeitando mutuamente nossas dignidades e fomentando a abertura e a capacidade de aproveitarmos e usufruirmos da diversidade cultural e lingüística, que impregna nossas sociedades multiculturais contemporâneas.

A educação, em suas diferentes formas, pode esclarecer-nos sobre as perversidades da intolerância, da discriminação e da exclusão social que propõe o

racismo como ideologia. No espaço educativo é que devemos repudiar e recusar as aberrantes propostas para dividir e fragmentar a sociedade. Com a educação, temos que combater os preconceitos do racismo contemporâneo. Existem múltiplas iniciativas para implementar a educação como instrumento capaz de desenvolver uma formação anti racista e aberta à diversidade, como condição primordial para a coabitação das pessoas na sociedade multicultural que impregna esse planeta, pelo acelerado processo de urbanização e de migração.

A melhor resposta à intolerância, e às aberrações que a ideologia racista propõe, será sempre construída a partir da educação. A educação é o meio privilegiado para transmitir os valores fundamentais de nossa dignidade humana, de nosso reconhecimento e respeito pelas nossas diferenças, e de sua valorização mútua. Nossas diferenças é que constituem a maior riqueza de nossas sociedades.

A educação deve transmitir os valores que encarnam a estima de nós mesmos e que recusam tudo aquilo que atente contra nossa dignidade. A educação em suas diferentes formas e níveis será sempre o espaço por excelência para construir o debate e o diálogo que nos permitam liberarmo-nos dos estereótipos e dos preconceitos que nos impregnam e que são a fonte de toda a discriminação.

Alguns antropólogos afirmam que a pergunta ainda sem resposta é se existiria na espécie animal um componente genético inato, que contribuiria para um sentimento e um comportamento racistas, talvez como um reflexo condicionado, por medo ao desconhecido. Esse fato é observado em animais recém nascidos, que tratam de se defender de possíveis perigos, com reações que não são produto de uma aprendizagem prévia. Seria a mesma reação que se coloca para o homem, frente ao *diferente*? Diante dessa possibilidade, resta-nos a alternativa de tratar todo o acervo adquirido por meio da cultura, que pode fazer-nos compreender as diferenças e as implicações do que nos é inato, juntamente com todo o acervo adquirido por meio da educação, em suas diferentes formas.

### **A perspectiva atual**

Em muitos países da Europa, o racismo atual já vem se convertendo em uma ideologia de massas. Os racistas atualmente propugnam, sem alterar-se (imutar-se), que nossas diferenças culturais são o produto de nossas diferenças genéticas, como afirma

Jean Marie Le Pen. O líder da extrema direita francesa está persuadido de que *a cultura se transmite sexualmente...*

No contexto dos Estados Unidos, as “raças” implicam uma categoria administrativa, a partir da qual desenvolveu-se uma política de *discriminação positiva*, que não permite integrar a sociedade norteamericana, muito fragmentada étnica e socialmente.

No restante dos países da América Latina, existe um racismo internalizado, no qual os setores dominantes das sociedades assumiram a herança colonial da segregação e da discriminação dos povos indígenas e dos descendentes dos escravos de origem africana. Em menor grau de menosprezo, também foram marginalizados os descendentes dos trabalhadores imigrantes.

Na América Latina, estamos diante de um racismo não assumido, um racismo do qual pouco se fala, sendo um tema do qual se prefere zombar (sosalysar) e iludir-se. O caso brasileiro é bastante eloqüente: fala-se muitas vezes dos afrobrasileiros e tomam-se posições políticas em seu nome, com a ausência notável deles mesmos. Esse risco de “pentear as pessoas em sua ausência”, como diz um provérbio africano, ocorreu antes em outros países da região, com os indigenismos intelectuais, que realizavam grandes encontros acadêmicos sobre os indígenas, porém na ausência dos próprios (Marin 2002).

As jovens repúblicas latinoamericanas foram fundadas sob o modelo político dos Estados- Nação, que têm as bases de sua construção no mito da “Nação homogênea” e na negação, arbitrária porém real, da diversidade cultural, impondo uma educação monocultural e monolíngüe. Esse tipo de educação foi plasmado por meio da imposição de uma educação oficial da língua e da cultura dominantes, desconhecendo a realidade multicultural que sempre impregnou essas sociedades (Marin 2001).

O racismo na América Latina é uma realidade que impregna todavia uma grande parte das instituições e a vida cotidiana de muitas sociedades, mal chamadas de latinoamericanas, onde a ausência oficial do indígena e do africano é uma realidade muito presente.

O racismo na América Latina não conseguiu configurar-se juridicamente ou administrativamente, como foi o caso da África do Sul, país no qual o racismo foi institucionalizado pelo regime do “apartheid”, abolido recentemente. Porém configurou-se dentro do contexto do “apartheid social” (Buarque, C. 1991)

## Conclusões

Para quem trabalha com as reflexões sobre nossas sociedades, é um dever responder a essas afirmações e não permitir que os setores mais retrógrados de nossa sociedade utilizem e manipulem demagogicamente essa problemática, como os grupos políticos da extrema direita europeia, americana ou qualquer outra.

É muito simples culpar os imigrantes pela crise do mercado de trabalho, ou responsabilizá-los pelas mutações sócio-econômicas que a globalização provoca, concentrando a riqueza em poucas mãos e marginalizando grandes setores da população mundial.

Foi o racismo colonial no passado que nos levou a justificar as guerras de *purificação étnica*, no quadro do holocausto que sofreram os ameríndios, nas mãos de colonos europeus que fundaram os Estados Unidos da América do Norte e os outros países da América Latina.

O genocídio e o etnocídio dos ameríndios justificou-se igualmente pelo argumento da *inferioridade biológica*, que determinava quase sempre uma inferioridade cultural. É preciso recordar os debates entre Bartolomé de las Casas e Ginés de Sepúlveda em Valladolid em 1530, que encerravam os indígenas em uma jaula de animalidade e que os excluía e os alijavam da humanidade, na qual se identificavam somente os colonialistas (Bartolomé de las Casas...)

Estes enunciados encontram-se na origem dos dramas que sofreram os escravos africanos nas mãos dos traficantes europeus desde o século XV até o final do século XIX, e também na origem do genocídio dos armênios em princípios do século XX, que foi executado pelos nacionalistas turcos, dirigidos por Kemal Ataturk.

Durante o século XX, como produto dessa história infame, vem o holocausto judeu e recentemente os dramas que sofreram os povos da ex-Confederação Yugoslava, vítimas da “purificação étnica”, à qual é também atualmente submetido o povo curdo, em mãos do governo turco. O drama do Oriente Médio poderia inscrever-se nessa perspectiva, na medida em que nesses conflitos mesclam-se fatores geopolíticos, étnicos e religiosos.

O principal desafio que devemos assumir no início do século XXI é o que constitui o respeito à diversidade cultural e lingüística, nos aspectos culturais, sociais e religiosos: o respeito às diversas visões de mundo e o respeito às diferentes crenças religiosas. Se não assumirmos coletivamente esse desafio, as possibilidades de uma

confrontação fratricida e de um choque de civilizações, podem tornar-se uma realidade, como não cansam de proclamar os conselheiros da hegemonia norte-americana. Depende de nós, como sociedade humana em nível planetário, evitar esse retorno brutal à barbárie.

Nossa sociedade humana somente poderá construir-se positivamente, se levar em conta e não repetindo, os parâmetros dessas aberrações. Todos nós construímos, a partir dos demais; e somos os outros, porque a história da humanidade sempre foi a história das nossas migrações. Todos somos, historicamente, o produto dessa extraordinária mestiçagem cultural, que vai além do aspecto biológico e do ideológico.

Que fazer diante da emergência da intolerância e do racismo que impregnam as sociedades contemporâneas? Como combater essas reações brutais, que fazem perigar a democracia como paradigma e como instrumento chave, na gestão da sociedade multicultural contemporânea? Nossa resposta é com a educação, com uma educação que se fundamente na perspectiva intercultural e que, juntamente com a aplicação dos princípios democráticos em todos os níveis da vida cotidiana, permitam-nos atingir uma tomada plena de consciência sobre a necessidade de respeitarmos mutuamente nossas diferenças e aproveitar, compartilhando a extraordinária riqueza da qual é portadora a diversidade cultural que nos impregna.

A educação é e será sempre o espaço por excelência da construção de um diálogo de culturas, de um diálogo intercultural, capaz de respeitar as diversas visões de mundo e as diferentes crenças religiosas que nos caracterizam. O paradigma da interculturalidade é a possibilidade de concretizar esse diálogo no interior da sociedade multicultural, por meio da educação. Essa educação intercultural somente será possível, se existir vontade política real, para implementá-la.

A democracia é um paradigma não cumprido, que não se efetivou ainda, uma proposição não concretizada na história passada e também recente de nossas sociedades. A proposição democrática, associada à perspectiva do paradigma da interculturalidade, poderia reencarnar a alternativa social e cultural capaz de imaginar uma sociedade com base no diálogo, para fecundar o respeito fundamental de nossas diferenças, dentro de uma perspectiva complementar.

A revitalização do paradigma democrático e a implementação da interculturalidade poderiam constituir uma proposição sócio-cultural para as mutações e desencontros que a globalização provoca. Esta não respeita nem sequer a biodiversidade, como condição (prelabeled) para imaginar um desenvolvimento durável,

e muito menos respeita a diversidade cultural, aquela das diversas visões de mundo e das diferentes crenças religiosas. Essas premissas são as condições fundamentais para imaginar o futuro de uma sociedade viável, hoje inexistente.

Igualmente, a vontade política será vital para tornar realidade a integração, que nos permita respeitarmo-nos mutuamente e assim poder compartilhar a riqueza da diversidade que nos cerca, por força da natureza e da cultura.

### Referências e bibliografia complementar

- ARENDDT, H. ( ) *Eichman à Jérusalem*, rapport sur la banalité du mal. Paris: Gallimard.
- BALIVAR, E, & WALLERSTEIN, I. (1989). *Race, Classe; Nation. Les identités ambiguës. Paris: La Découverte*,
- BASTIDE, R., VAN DER BERGHE. (1957). "Stéréotypes, normes et comportements Interraciaux à Sao Paulo. In *American Sociological Review*, n° 22.-
- BEN JELLOUN, T. (1990). *Le racisme expliqué à ma fille*. Paris, 1998. BLANC, Marcel. *Les Héritiers de Darwin*. Paris: Le Seuil.
- BUARQUE, Cristóvam; PAVIANI, Aldo. *O colapso da modernidade brasileira e uma proposta alternativa*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991.
- CALOZ-TSSCHOPP, M.-C., FONTOLLIET, M. (eds.) (1994). *Les nouvelles Frontières du "Laboratoire Schengen"* Ginebra, CETIM,
- CAVALLI SFORZA, L. (1994). *Qui sommes-nous ?* Paris: Albin Michel,
- CAVALLI SFORZA, L. (1996). *Gènes, peuples et langues*. Paris: Odile Jacob,
- COPPENS, Y. PICQ, P. {Eds.}. (1995). "Les origines de l'humanité". Numéro spécial *d'Historia*, novembre-décembre,
- DARWIN, Ch. (1862) *De l'origine des espèces ou des lois du progrès chez les êtres organisés*. Paris: Guillaumin, {1er éd., 1859).
- De LAS CASAS, B. (1991). *Très brève relation de la destruction des Indes*. Paris: LD / La Découverte.
- DUMONT, L (1966). *Homo Hierarchicus*. Paris: Gallimard,
- FANON, F. (1952). *Peau noire, masques blancs*. Paris, Maspero,
- GOBINEAU, A. De (1940). *Essais sur l'inégalité des races humaines*. Paris: Firmin Didot, , 2 vols. {1 er éd., 1852)
- GUILLAUMIN, C. (2002). *L'idéologie raciste*. Paris; Folio Essais.
- GUILLEBAUD, J.-C. {2002}. *La principe d'humanité*. Paris: Seuil.
- HERNTON, C. ,

JACQUARD, A. & AI. Génétique des populations humaines. Paris: Presses Universitaires de France.

LANGANEY, A. (1988). *L'homme: passé, présent, conditionnel*. Paris: Armand Colin,  
LANGANEY, A., BLYEMBURGH VAN, N. H. & SANCHEZ-MAZAS. A. (1995). *Tous parents Tous différents*. Paris: Musée de l'Homme.

LAPLANTINE, F. (1999). *Je, Nous et les Autres. Etre humain au-delà des appartenances*. Paris: Le Pommier,

LEWONTIN, R. *La diversité génétique humain*. Paris: Belin.

MARIN, José *Pour Une éducation appropriée pour les peuples autochtones d'Amérique latina*. In P. Dasen y, C, Perregaux. *Pour quoi des approches interculturelles en sciences de l'éducaion*. Bruxelles: De Boeck Université,

MARIN, J. (2000) *Historie de l'Etat Nation en Amérique et en Europa*. In P. Dasen et AI. *Migrations et intégration* Paris: L'Harmattan, 2001.

MARIN, J, {2002}. *Perú: Indigenismo en mutación*. In C.Auroi y. S. Bossio. *A donde va el Peru? Cusco – Ginebra* . Centro de Estudios Bartolomé de las Casas (CBC) / Institut Universitaire d'études du Développement (IUED).

MAALOUF, A. (1998). *Les identités meurtrières*. Paris: Grasset,

ORTEGA, F. (2001) *Racismo y biopolítica*. In O. Alves Aguilar; C. Barreira; Silva de Almeida, J.-C. ; J.E. Batista. *Origens do Totalitarismo, 50 anos Depois*. (pp.71- 85). Rio de Janeiro: Editora Relume Dumara.

PICQ, P. (2002). *Les origines de l'homme: L'Odyssée de l'espèce*. Paris: Talandier.

PICQ, P. & LEMIRE, L. . (2002). *A la recherche de l'homme*. Paris: Nié éditions,

SANCHEZ R., J.-M. (2002). *Los mundos de la Ciencia. Del Big bang al 11 de septiembre*. Madrid: Espasa,

SPOJCHER, Jacques (Ed.). (2001) *L Ihumanité de l'Homme*. Paris: Edition Cercle,.

TAGUIEFF, P.-A. (1990). *Que faire face au racisme?* Paris: La Découverte.

TAGUIEFF, P.-A. (1988). *La force du préjugé*. Essai sur le racisme et ses doubles Paris: La Découverte, TAGUIEFF, Pierre-André

WIEVIORKA, M. (1991). *L'espace du Racisme*. Paris: Le Seuil.

WIEVIORKA, M. (Ed.). (1993). *Racisme et modernité*. Paris: La Découverte.

WIGODER, Geoffrey (Ed.). *Dictionnaire Encyclopédique du Judaïsme*.

Paris: Cerf / Robert Laffont.